

JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DE ORÇAMENTO SIGILOSO

1. Introdução:

- 1.1 Trata-se a presente justificativa administrativa quanto a adoção de orçamento sigiloso para CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SANTA LUZIA – BAIRRO SANTA LUZIA – NO MUNICÍPIO DOS PALMARES – PE, a ser realizada por meio de licitação pública, na modalidade Concorrência na forma Eletrônica.
- 1.2 Esta justificativa visa demonstrar a fundamentação legal, os benefícios e as considerações de transparência relacionadas a essa medida de classificação do orçamento como sigiloso, assegurando sua conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a garantia da segurança, privacidade e eficiência na administração pública, considerando a relevância do sigilo para a proteção de informações estratégicas e sensíveis.
- 1.3 Considerando que a Secretaria de Infraestrutura pode optar pela realização de licitação com a preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o Art. 24, da Lei 14.133/2021:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I – o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;

II – (VETADO).

Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Assim, considerando que na fase de planejamento da contratação a contratação deve-se contemplar a análise da conveniência e oportunidade sobre adoção ou não do Orçamento sigiloso, no presente processo, a Administração optou por manter os preços estimados da contratação em sigilo para instrução processual até o encerramento da fase de lances e julgamento da proposta.

2. DO ORÇAMENTO SIGILOSO:

✉ infraestrutura@palmares.pe.gov.br

- 2.1 O orçamento estimado para a presente licitação será formado com a utilização de dados através de fontes de preços seguras e reais, este critério proporciona uma base realista e fundamentada para a estimativa de custos, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e vantajosa.
- 2.2 No Brasil, o orçamento sigiloso previsto na Lei Federal nº 14.133/21, apresenta-se como um conceito relativo, uma vez que os órgãos de controle tem acesso a essas informações, e temporário, pois geralmente é divulgado após a etapa competitiva. Esse Sigilo tem a função de omitir dos licitantes, o valor máximo que a Administração está disposta a pagar. A ideia subjacente é que o sigilo incentivará a apresentação de propostas com valores mais próximos ao preço que os fornecedores e empresas do Ramo de Engenharia e/ou arquitetura consideram justo e praticáveis no mercado, considerando todos os seus custos internos, em vez de baseadas no teto estipulado pela Administração.
- 2.3 Sob uma perspectiva econômica, o caráter sigiloso do orçamento visa induzir a apresentação de melhores propostas, alinhadas com os princípios da competitividade, eficiência e economicidade, evitando que o preço orçado pela Administração influencie as propostas, promovendo, em vez disso, a revelação dos preços de reserva das empresas, proporciona uma base realista e fundamentada.
- 2.4 Além disso, o sigilo do orçamento tem um efeito pratico positivo no processo competitivo, pois a não divulgação da planilha de custos, contendo a estimativa feita pela a Administração, dificulta a participação de empresas sem expertise, que tem menor capacidade de planejamento e precificação de custos, ou que não possuem responsabilidade técnica na elaboração de suas propostas, essas empresas, normalmente, utilizam o preço estimado pela Administração como referência, aplicando apenas um percentual de redução sem um trabalho técnico detalhado, sendo que essas empresas que frequentemente causam problemas na execução contratual, gerando prejuízos financeiros e comprometendo o atendimento dos objetivos contratuais da administração.
- 2.5 No caso em tela, a adoção do orçamento sigiloso garante segurança jurídica, considerando a proteção das informações sensíveis execução de um empreendimento de importância significativa na vida dos esportistas do municipio dos palmars, bem como eficiência administrativa, tendo em vista que torna o processo mais ágil e alinhado às necessidades de readequação e ampliação dos equipamentos da Secretaria de Esportes.
- 2.6 Noutro diasapão, sem a baliza do preço máximo estimado, as propostas podem representar, com maior fidedignidade, o preço que o mercado oferece

para tal pretensão contratual. Assim, com o orçamento sigiloso, sem a referência máxima informada pela Administração, os licitantes tenderiam a apresentar propostas de acordo com suas próprias estimativas, deixando de usar a referência maior para maximizar seus lucros.

- 2.7 Não se vislumbra impactos negativos para a transparência e integridade do processo no uso do orçamento sigiloso, haja vista que o orçamento deverá constar do processo original (Parte Não divulgada) e será disponibilizado após o julgamento das propostas, sem o prejuízo da análise pelos órgãos de Controle a qualquer momento. Por fim, ressalta-se que o orçamento estimativo foi baseado nas normais que regem as contratações de Engenharia.
- 2.8 A adoção do orçamento sigiloso constitui instrumento estratégico de gestão pública moderna, amparado pelo art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, que reconhece a necessidade de proteger informações sensíveis da Administração sem prejuízo da transparência e do controle. A medida garante que o valor estimado da contratação não sirva como parâmetro para a formulação artificial de propostas, estimulando a verdadeira competição entre os licitantes. Assim, o sigilo orçamentário atua como mecanismo de integridade e eficiência, preservando o interesse público e assegurando que os recursos municipais sejam aplicados de forma responsável e vantajosa.
- 2.9 Sob o ponto de vista econômico, o orçamento sigiloso é determinante para promover propostas mais realistas e competitivas, evitando que as empresas utilizem o preço estimado como teto para suas ofertas. Ao não divulgar previamente o valor máximo aceitável, a Administração induz o mercado a apresentar propostas baseadas em seus próprios custos e margens, e não em uma referência pré-estabelecida. Esse comportamento tende a reduzir preços, ampliar a competitividade e gerar maior economia ao erário, concretizando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.
- 2.10 Além dos benefícios financeiros, o sigilo do orçamento reforça a segurança jurídica e a proteção de informações estratégicas relacionadas à execução do empreendimento. A não divulgação imediata dos valores evita manipulações indevidas e a ação de empresas despreparadas, que normalmente baseiam suas propostas apenas na planilha estimativa, sem análise técnica adequada. Dessa forma, o procedimento privilegia licitantes que detenham expertise técnica e responsabilidade na precificação, prevenindo a contratação de executores inexperientes e, por consequência, minimizando riscos de atrasos, aditivos e falhas na execução da obra pública.
- 2.11 Por fim, cumpre destacar que o orçamento sigiloso não compromete a transparência do processo, pois permanece integralmente disponível aos órgãos de controle interno e externo e será divulgado ao término da fase

competitiva. Trata-se, portanto, de medida que equilibra sigilo e publicidade em favor da moralidade, impessoalidade e supremacia do interesse público primário. Em síntese, o sigilo orçamentário é um instrumento legítimo, técnico e vantajoso, que fortalece a governança pública, protege o patrimônio coletivo e assegura a obtenção da proposta mais benéfica ao Município de Palmares e à coletividade que dele se beneficiará.

2.12 Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos, do detalhamento dos itens e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

3. CONCLUSÃO

3.1 Ante ao exposto, no intuito de postergar a divulgação do orçamento estimado, de forma justificada e favorecer a busca pelas melhores propostas, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (a exemplo dos seguintes julgados: Acórdão nº 2080/2012, Acórdão nº 2150/2015 e Acórdão nº 903/2019 – todos do Plenário), optou-se pelo orçamento sigiloso, na busca pela melhor oferta como consecução do Princípio da Supremacia do Interesse Público Primário, haja vista que ao publicar o valor estimado, as ofertas apresentadas pelos licitantes tendem a gravitar em torno deste, logo, de modo diferente, o sigilo do custo estimado tende a estimular a competitividade e baixar os preços, uma vez que o parâmetro dos licitantes passa a ser os preços da própria disputa, e apenas aqueles licitantes que detem expertise em obras irão tecnicamente disputar o preço.

Atenciosamente,

Palmares – PE, data da assinatura eletrônica.

Flavio Manoel da Silva
Secretário de Infraestrutura



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B5B2-6B38-E1EA-75AF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FLÁVIO MANOEL DA SILVA (CPF 031.XXX.XXX-11) em 27/11/2025 09:40:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palmares.1doc.com.br/verificacao/B5B2-6B38-E1EA-75AF>